



CAPA

O CERCO DOS EVENTOS

UM TRIBUNAL INTERNACIONAL
DE NOTÁVEIS CONDENA O IMPEACHMENT DE DILMA
ROUSSEFF E OS PRÓXIMOS JOGOS OLÍMPICOS NÃO
PROMETEM NADA DE BOM PARA O PRESIDENTE INTERINO

por ANDRÉ BARROCAL

DUAS INVENÇÕES gre-
gas têm encontro
marcado com a histó-
ria brasileira em ago-
sto de 2016, a democra-
cia e a Olimpíada. O
impeachment de Dil-
ma Rousseff será deci-
dido de vez em Bra-
sília, enquanto o Rio de Janeiro sedia-
rá os primeiros Jogos Olímpicos reali-
zados na América do Sul em 120 anos.
Uma coincidência desagradável para o
presidente interino Michel Temer, com
potencial para arranhar sua já baixa po-
pularidade bem na hora da verdade so-
bre sua permanência no poder. Moti-
vos para o peemedebista preocupar-se
existem. Risco de vaías na abertura da
maior competição esportiva do plane-
ta, protestos Fora Temer no forno e até
uma estranha suspeita de ataque terro-
rista, tudo aos olhos do mundo. Conse-

guirá o Brasil do interino sobreviver à
prova da Olimpíada?

À prova da democracia, não consegue
(leia o texto a seguir, páginas 24 e 25). No
Rio, um tribunal internacional de notáveis
acaba de condenar o *impeachment* como
um “golpe de Estado”. Inspirado em uma
experiência surgida na Europa nos anos
1960, o julgamento aconteceu no Rio, sob
os auspícios de grupos contrários à cassa-
ção de Dilma. Ao todo, nove jurados, entre
juristas, professores e defensores de direi-
tos humanos, vindos das Américas e da Eu-
ropa. As discussões duraram cerca de seis
horas entre a noite da terça-feira 19 e o iní-
cio da tarde seguinte, dias cinza e frios no
Rio. O palco das discussões era literalmen-
te um, o do Teatro Casagrande, abrigo de
reuniões nos anos 1970 contra a ditadura
e da assinatura do decreto que em 1985 ex-
tinguiu a censura dos tempos de chumbo.

A entrada no julgamento era livre, bas-
tava retirar um ingresso para um dos 926

lugares. No primeiro dia, aquele em que
o júri ouviu o depoimento de brasileiros
sobre como tem sido o processo de *impeach-
ment*, foram distribuídos cerca de 600
convites. No seguinte, o do voto dos jura-
dos e o do veredicto, havia bem menos
gente, quem sabe devido ao horário, para
decepção do presidente do tribunal, o bra-
sileiro Juarez Tavares, professor de Direi-
to Penal e ex-subprocurador-geral da Re-
pública. Uma plateia que vez ou outra es-
boçou um “Fora Temer” e que, nos basti-
dores, se perguntava por que a deposição
de Dilma enfrenta menos resistência po-
pular do que o imaginado.

A sentença condenatória do *impeach-
ment* foi aprovada por unanimidade, algo
esperado em razão das credenciais pro-
gressistas do júri. Nos discursos, vários
jurados adotaram forte tom político, co-
mo a francesa Laurence Cohen, senado-
ra pelo Partido Comunista, e a espanhola
María José Fariñas Dulce, professora





de Filosofia do Direito, ambas a citar interesses neoliberais por trás da derrubada de Dilma. Houve também pronunciamentos mais técnicos, casos do advogado Walter Antillón Montealegre, ex-candidato a vice-presidente da Costa Rica, e de Carlos Augusto Argote, ex-magistrado da Corte Suprema de Justiça da Colômbia, para os quais a imputação de crime de responsabilidade contra Dilma não para em pé.

A deposição da petista avança no embalo de duas acusações. Violar o Orçamento – hipótese de cassação segundo o artigo 85 da Constituição – ao assinar seis decretos de abertura de crédito entre julho e agosto de 2015. E cometer crime de responsabilidade – hipótese de deposição com base na Lei do *Impeachment*, a 1.079, de 1950 – na modalidade “pedalada fiscal”, por causa do atraso no repasse de verba do Tesouro Nacional para o Banco do Brasil no Pla-

no Safra 2015, situação que configuraria uma operação de crédito proibida por lei.

Para Argote, não há como enquadrar “pedalada” na previsão constitucional de violação do Orçamento, pois gestão fiscal não é a mesma coisa que gestão orçamentária. Foi o que afirmou ao tribunal uma das testemunhas, o professor de Direito Financeiro Ricardo Lodi, diretor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e ex-procurador da Fazenda Nacional. Igual visão tem o Ministério Público Federal, que há poucos dias pediu à Justiça o arquivamento de uma investigação sobre se “pedalada” seria uma operação de crédito proibida.

No caso dos decretos, o colombiano levantou uma questão. Dilma assinou-os com base em pareceres jurídicos de vários órgãos federais, todos a atestar que os decretos eram compatíveis com a Lei Orçamentária de 2015. Seriam os autores dos pareceres, um batalhão de quase

20 pessoas, incompetentes? Uma perícia feita por consultores do Senado e enviada à comissão especial do *impeachment* atesta que Dilma assinou os decretos com respaldo jurídico, embora os senadores não tenham dado bola ao documento. Parecem dispostos a comprovar uma tese do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

Em junho, na Universidade de Brasília, Barroso teorizou que, “se você procurar com lupa”, nenhum governante brasileiro está a salvo da acusação de crime orçamentário. Salvar-se dependeria de o governante ter maioria parlamentar. O tribunal de notáveis não perdoou esse tipo de visão. “O que acontece aqui é uma conspiração contra a democracia. Terminar um mandato presidencial não deve depender de o presidente ter maioria no Congresso”, disse Azadeh Shahshahani, ativista norte-americana em direitos humanos. Para a espanhola Dulce, o verniz de legalidade

do *impeachment*, inclusive com a bênção do STF, torna “muito perverso” o “golpe” em curso no Brasil e péssimo exemplo. Um golpe igual ao visto em Honduras em 2009 e no Paraguai em 2012, com o agravante de ocorrer em um país mais pesado no mundo, na opinião do costa-riquenho Montealegre.

“Os golpes de Estado não podem ser reduzidos a revoltas militares”, diz a sentença dos notáveis, de valor simbólico e histórico, mas não jurídico. “No presidencialismo, diversamente do voto de desconfiança do sistema parlamentar, não se pode afastar um chefe de Estado por questões exclusivamente políticas, porque o processo de *impeachment* está vinculado a fundamentos jurídicos estritos (...) A aprovação ou desaprovação do governo deverá ser resolvida por meio de eleições livres e diretas e não por ato do Parlamento.”

Com o tribunal reunido, o governo provisório deu vários motivos para as críticas políticas recebidas durante o julgamento, como as disparadas por Dulce, para quem o pano de fundo da cassação de Dilma é uma “contrarrevolução neoliberal”. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse que o Planalto defenderá uma reforma trabalhista e a terceirização. Pelo Twitter, Temer garantiu que o Banco Central tinha autonomia para calibrar a Selic, o que o BC fez na quarta-feira 20, ao manter no mesmo nível a maior taxa de juros do planeta. O interino sancionou uma lei que dá 41% de aumento de salário de juízes e procuradores de Justiça, uma conta de 22 bilhões de reais ao Erário.

Não é a primeira vez que o Brasil é condenado em um júri de notáveis. Esse tipo de tribunal foi idealizado em 1966 pelo matemático e filósofo galês Bertrand Russell, razão para julgamentos do gênero, de valor simbólico e histórico, serem conhecidos como Tribunal Russell. Pacifista, o fi-



A sentença. “Os golpes de Estado não podem ser reduzidos a revoltas militares”

lósofo então com 94 anos queria expor ao mundo crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos contra o Vietnã. O Brasil foi réu no Tribunal Russell 2, realizado nos anos 1970, para examinar a violação de direitos humanos por ditaduras na América Latina. Acabou condenado ao lado de Argentina, Chile e Uruguai.

Novos embaraços internacionais esperam pelo Brasil de Temer durante a Olim-

piada, a realizar-se de 5 a 21 de agosto em um clima nada propício à obtenção de dividendos políticos. A duas semanas da abertura, 42 países confirmaram a presença de representantes governamentais na festa no Maracanã. Na edição passada, Londres-2012, havia mais que o dobro, 95 chefes de Estado ou de governo. Não é difícil entender por que não há tantas autoridades com planos de desembarcar no Rio.

OS NOTÁVEIS DO TRIBUNAL



BISPO RAÚL VERA

frei dominicano mexicano, candidato ao Nobel da Paz em 2012



GIOVANI TOGNONI

teólogo italiano, é membro do Tribunal Permanente dos Povos



LAURENCE COHEN

senadora francesa pelo Partido Comunista e presidente do grupo interparlamentar de amizade França-Brasil



A visita de líderes será interpretada como uma espécie de chancela ao governo provisório e ao *impeachment*. Dúvida: entre os que vierem, quantos toparão posar para fotos com Temer ou manter conversas reservadas com ele, gestos igualmente capazes de funcionar como respaldo?

A lista dos visitantes confirmados também é sintomática. Na primeira Olimpíada na América do Sul, só quatro presidentes do continente são visitas certas, Mauricio Macri (Argentina), Juan Manuel Santos (Colômbia), Horácio Cartes (Paraguai), todos direitistas, e Dési Bouterse, do Suriname. Na América Central, onde o chanceler José Serra quer fechar embaixadas, só a ilha de Santa Lúcia já decidiu enviar alguém. Entre os BRICS, formados por China, Rússia, Índia e África do Sul, ninguém. Da África, onde Serra também vê embaixadas brasileiras demais, virão pouquíssimos. Das nações mais tradicionais, mandarão seu líderes França, Alemanha e Itália. Os EUA, parceiros dos sonhos de Serra, ainda não confirmaram a vinda de Barack Obama, embora Tio Sam raramente anuncie com antecedência esse tipo de compromisso, por

UM RELATÓRIO FRANCÊS REFERE-SE À CHANCE DE ALGUM ATAQUE TERRORISTA DURANTE OS JOGOS DO RIO CONTRA A DELEGAÇÃO GAULESA

segurança. De todo modo, mais provável o comparecimento do secretário de Estado Kerry.

A segurança, aliás, é outra fonte de preocupações para o governo provisório. História estranha, diga-se. Um relatório divulgado pela França no dia 13, véspera do atentado na cidade de Nice, cita a possibilidade de um ataque terrorista islâmico durante os Jogos contra a delegação olímpica ou o presidente daquele país, François Hollande, nome confirmado no Maracanã. A Agência Brasileira de Inteligência mandou um araponga à França na segunda-feira 18 e um dia depois divulgou nota a dizer que são “minuciosamente apuradas” todas as suspeitas. O Planalto, porém, emitiu no mesmo dia um comunicado a dizer ter sido informado pela França que as

suspeitas apontadas pelo relatório do dia 13 eram falsas. O que não impediu a Polícia Federal de prender, na quinta-feira 21, dez pessoas por suposta admiração do Estado Islâmico e planos de ataque.

O interino corre o risco de passar por um vexame global na festa de abertura. Só com muita sorte escapará de vaias. Um terço do País, conforme pesquisas, não aceita a ascensão do peemedebista ao poder pelo *impeachment*. No cargo, sua popularidade anda pelo rodapé, uns 13%. Mais: o mau humor nacional com a política parece contaminar o sentimento sobre os Jogos. Metade da população declara-se contra a Olimpíada, o dobro do registrado há três anos, diz um levantamento recente do Datafolha. Não é à toa que o prefeito do Rio, Eduardo Paes, do PMDB, desabafou dias atrás ao jornal inglês *The Guardian*: a Olimpíada agora é uma “oportunidade perdida”, com “crises política, econômica e escândalos”. Não era hora de o Brasil estar na berlinda.

Para a turma do “Fora Temer”, a berlinda vem bem a calhar. Entidades contrárias ao interino, como certas centrais sindicais, de estudantes e de sem-terra, preparam protestos para o dia inaugural

ANDRÉ BARROCAL



MARÍA JOSÉ FARIÑAS DULCE
professora de filosofia do direito na Universidade Carlos III em Madri, é especialista em globalização econômica e direitos humanos



WALTER ANTILLÓN MONTEALEGRE
jurista da Costa Rica, foi candidato a vice-presidente da República em 2014



CARLOS AUGUSTO GALVEZ ARGOTE
professor de Direito Penal na Universidade de Rosario, na Colômbia, foi da Corte Suprema de Justiça



ALBERTO FILIPPI
doutor em Filosofia pela Universidade La Sapienza, de Roma, é professor na Escola de Serviço Judicial na Argentina



JAIME CÁRDENAS GRACIA
advogado e ex-deputado federal mexicano pelo Partido Trabalhista, foi perito na Assembleia Constituinte da Bolívia em 2006



AZADEH SHAHSHAHANI
advogada norte-americana especialista em direitos humanos



dos Jogos. A intenção, diz Roberto Amaral, um dos coordenadores da Frente Brasil Popular, é aproveitar a presença da mídia estrangeira para denunciar o *impeachment* e a agenda antipopular de Temer. Se houver uma repercussão global sobre os acontecimentos no Brasil, novas mobilizações ocorrerão até o fim da competição. Não será surpresa se houver conflitos com a polícia. Será, inclusive, um favor da repressão aos manifestantes, já que confrontos geram notícias.

Entre certos veículos estrangeiros, há total receptividade à ideia de o *impeachment* não ter razão de ser. O jornal *New York Times*, por exemplo, é um desses casos. Na segunda-feira 18, publicou uma reportagem a ironizar o lado “poeta” de Temer. O jornalista Glenn Greenwald, influente desde que revelou a espionagem global da NSA, não se cansa de escrever que a cassação de Dilma “é golpe”.

Sumidas desde a aprovação do *impeachment* na Câmara, as manifestações de rua voltarão à carga antes mesmo da Olimpíada. Partidários e adversários do “Fora Dilma” marcharão no domingo 31, a primeira medição de forças em um mesmo dia. O objetivo dos dois grupos é tentar influenciar o Senado, que em agosto decidirá sobre o *impeachment* em definitivo. Os antipetistas serão liderados de novo por entidades como Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua. Ao convocar os protestos, a turma apontou o combate à corrupção como mote, com a defesa da continuidade da Operação Lava Jato e da aprovação de leis propostas pelo Ministério Público, mas o que interessa mesmo é mostrar aos senadores que “Dilma de volta? Nem a paul!”

O “Fora Temer” dá o tom na outra trincheira, liderada pela Frente Povo Sem Medo, reunião de grupos progressistas. Para Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e um dos lí-



Eduardo Paes. A percepção do perigo

deres da Frente, tão grave quanto a ilegitimidade do governo provisório, “resultado de um golpe”, é a plataforma do interino. “Temer não foi eleito e seu programa também não foi, não passaria pelo crivo das urnas. É um duplo golpe”, diz Boulos, defensor de novas eleições.

A agenda de Temer é desconectada da realidade brasileira, na avaliação do cientista político Carlos Ranulfo Melo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Para ele, com tanta desigualdade, “o Brasil não comporta um governo radical de direita”, e os donos provisórios do poder “estão loucos” ao propor o congelamento por 20 anos de gastos com saúde e educação. Ele não acredita, porém, que marchas contrárias ao interino terão impacto desestabilizador sobre o governo. Só revelações da Lava Jato e uma eventual vingança do deputado afastado Eduardo Cunha, do PMDB, poderiam bagunçar o jogo. Detalhe: em Brasília, há rumores de que Temer anda nervoso com a possibilidade de ter sido gravado por Cunha em uma conversa no Palácio

do Jaburu. Melo, que vê o Brasil sem clima para festa na Olimpíada, reparou: as manifestações anti-Dilma desapareceram após a abertura do *impeachment* na Câmara. O motivo? Seu único objetivo era derrubar a petista, o combate à corrupção era mero pretexto. “Ninguém foi às ruas contra o Cunha.”

Será que os protestos contra Temer no dia 31 e na Olimpíada atrairão o “povo”? Não foi o que se viu até aqui, segundo três professores da USP. Pablo Ortellado, Esther Solano e Márcio Moretto estudaram o perfil de manifestações pró e anti-*impeachment* ocorridas em 2015 e 2016, com questionários aplicados nas marchas. Publicaram suas conclusões no artigo “Uma sociedade polarizada?”, constante do livro *Por Que Gritamos Golpe*, recém-lançado pela editora Boitempo. Em suma, quase não há jovens e pobres nas passeatas. Predominavam pessoas com mais de 30 anos, universitárias, brancas e de renda superior à média nacional (7,8 mil reais no caso do Fora Dilma, 4,4 mil reais no campo oposto). Pelo que se ouve entre sindicalistas, não está nada fácil convencer trabalhadores a irem às ruas contra Temer, já que o governo Dilma não deixou saudades. Até hoje não foi possível marcar uma greve geral anti-Temer, sonho de certos adversários do *impeachment*.

Se os desvalidos estivessem mobilizados, talvez o destino de Dilma fosse outro. No mesmo artigo, os professores examinam o perfil de outras duas manifestações, uma passeata pela legalização da maconha e outra contra cortes na verba da educação pelo governo paulista. Constatação: jovens da periferia, pardos e com renda de até três salários mínimos, formavam o grosso de ambas. Nas duas, entre 50% e 60% dos presentes votaram na eleição de 2014 em presidenciais progressistas (Dilma e Luciana Genro, do PSOL). E poucos participaram de passeatas pró-*impeachment*.